



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Lei nº 351/2013

Institui no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Semana da Biblioteca e da Cultura do Paraná, a ser comemorada na primeira semana útil e completa do mês de outubro de cada ano.

**Art. 1º** Fica instituída no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Semana da Biblioteca e da Cultura do Paraná, a ser comemorada na primeira semana útil e completa do mês de outubro de cada ano.

**Parágrafo único.** Entende-se por semana útil e completa aquela que inicie no domingo e se estenda até o sábado do mesmo mês.

**Art. 2º** A Semana da Biblioteca e da Cultura deverá proporcionar a oportunidade de acesso à leitura por toda a população do município, nas bibliotecas públicas municipais ou estaduais e escolas públicas municipais e estaduais.

**Parágrafo único.** Poderão ser aceitas as adesões por parte de bibliotecas particulares estudantis ou não e de bibliotecas ligadas a entidades federais.

**Art. 3º** Na semana de que trata o *caput* do art. 1º desta Lei, todas as bibliotecas participantes deverão programar não só a


utilização do espaço fixo, como a movimentação do seu acervo para bairros, distritos e comunidades onde o maior número da população seja alcançado.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2013.



ALEXANDRE CURI  
Presidente



Relator





## **COMISSÃO DE ORÇAMENTO**

### **Redação Final ao Projeto de Lei nº 456/2013**

Estima a Receita e Fixa a Despesa para o exercício financeiro de 2014.

#### **SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES COMUNS**

**Art. 1º** Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 2014, compreendendo:

- I - os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta;
- II – o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista.

#### **SEÇÃO II DA ESTIMATIVA DA RECEITA**

**Art. 2º** A Receita Total apresenta a previsão da Receita Bruta, no montante de R\$ 43.746.461.920,00 (quarenta e três bilhões, setecentos e quarenta e seis milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, novecentos e vinte reais), e as deduções para a formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, no valor de R\$ 4.153.593.700,00 (quatro bilhões, cento e cinquenta e três milhões, quinhentos e noventa e três mil e setecentos reais), ficando a despesa fixada no montante da Receita Líquida prevista em R\$ 39.592.868.220,00 (trinta e nove bilhões, quinhentos e noventa e dois milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, duzentos e vinte reais).

**Parágrafo único.** A Receita será realizada mediante a arrecadação de Tributos e o ingresso de Outras Receitas Correntes e de Capital, conforme dispõe o art. 41 da Lei Estadual nº 17.631, de 22 de julho de 2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – 2014) e a Legislação Estadual nas especificações do Anexo I desta Lei e de acordo com o seguinte desdobramento:



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

EM R\$

1,00

1.	RECEITAS DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO BRUTAS	R\$	38.860.103.660
1.1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	36.427.197.820
1.2.	RECEITAS DE CAPITAL	R\$	2.432.905.840
2.	RECEITAS DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO LÍQUIDAS	R\$	34.706.509.960
2.1.	RECEITAS CORRENTES – BRUTA	R\$	36.427.197.820
2.2.	DEDUÇÕES PARA O FUNDEB (-)	R\$	4.153.593.700
2.3.	RECEITAS CORRENTES – LÍQUIDAS PARA A FIXAÇÃO DA DESPESA	R\$	32.273.604.120
2.4.	RECEITAS DE CAPITAL	R\$	2.432.905.840
3.	RECEITAS PRÓPRIAS DE RECOLHIMENTO DESCENTRALIZADO DAS AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES, ÓRGÃOS DE REGIME ESPECIAL, FUNDOS, EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA DEPENDENTES (EXCLUSIVE TRANSFERÊNCIAS DO TESOUREO ESTADUAL)	R\$	2.494.951.310
3.1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	1.874.195.820
3.2.	RECEITAS DE CAPITAL	R\$	620.755.490
4.	RECEITAS PRÓPRIAS DE RECOLHIMENTO DESCENTRALIZADO DAS EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA, PARA O ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO (EXCLUSIVE TRANSFERÊNCIAS DO TESOUREO ESTADUAL)	R\$	2.391.406.950
4.1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	1.688.962.670
4.2.	RECEITAS DE CAPITAL	R\$	702.444.280
5.	TOTAL DA RECEITA BRUTA	R\$	43.746.461.920
6.	TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA PARA FIXAÇÃO DA DESPESA	R\$	39.592.868.220
6.1	RECEITAS CORRENTES – BRUTA	R\$	39.990.356.310
6.2	DEDUÇÕES PARA O FUNDEB (-)	R\$	4.153.593.700
6.3	RECEITAS CORRENTES LÍQUIDAS PARA FIXAÇÃO DA DESPESA	R\$	35.836.762.610
6.4	RECEITAS DE CAPITAL	R\$	3.756.105.110

**Art. 3º** A previsão de Receitas do Tesouro inclui os efeitos financeiros da alteração na legislação tributária, de acordo com a legislação vigente.





§ 1º As despesas condicionadas à aprovação da respectiva alteração na legislação são identificadas por fonte específica nos Quadros de Detalhamento de Despesa.

§ 2º Na estimativa da Receita foram excluídos os valores referentes ao diferimento ou a benefícios fiscais, concedidos aos contribuintes de impostos estaduais, consoante determina o art. 14, inciso I da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

## **SEÇÃO III DOS ORÇAMENTOS**

**Art. 4º** Os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, discriminados no Anexo III desta Lei, estimam a Receita Líquida em R\$ 37.201.461.270,00 (trinta e sete bilhões, duzentos e um milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, duzentos e setenta reais), e fixam a Despesa em igual valor.

**Art. 5º** O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, compreendendo as Receitas Próprias e as Receitas de Transferências do Estado, está estimado em R\$ 2.522.438.950,00 (dois bilhões, quinhentos e vinte e dois milhões, quatrocentos e trinta e oito mil, novecentos e cinquenta reais), com a despesa fixada em igual importância, conforme detalhamento contido no Anexo IV desta Lei.

**Art. 6º** Os Resumos dos Demonstrativos da Despesa do Orçamento Geral do Estado, com recursos do Tesouro e de Outras Fontes, constam do Anexo II, integrante desta Lei.

**Art. 7º** As despesas referentes ao pagamento da Dívida Pública Externa e Interna constam do Anexo III desta Lei, especificadas pelas dotações: 3101.28843999.083 – Encargos Gerais da Dívida Pública Interna e 3101.28844999.084 – Encargos Gerais da Dívida Pública Externa.

**Art. 8º** A Reserva de Contingência consta do Anexo III desta Lei, na dotação 2501.99999999.900 – Reserva de Contingência, no montante de R\$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de reais).

**Art. 9º** O Programa de Obras custeado com recursos do Tesouro e de Outras Fontes está detalhado no Anexo V desta Lei.

**Art. 10.** O Demonstrativo do Orçamento de Seguridade composto pelos Fundos Previdenciários geridos pela PARANAPREVIDENCIA está contido no Anexo VII desta Lei, conforme determina o art. 17, inciso XI da Lei Estadual nº 17.631, de 2013, que estabeleceu as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2014.

3



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

**Art. 11.** O Anexo de Vinculações de que trata o art. 17, inciso VIII, da Lei Estadual nº 17.631, de 2013 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2014, está apresentado no Anexo VI desta Lei.

## SEÇÃO IV DAS CORREÇÕES DOS ORÇAMENTOS

**Art. 12.** Os valores constantes do Orçamento Geral do Estado estabelecidos a preços de 30 de junho de 2013, serão atualizados antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro que venha a substituí-lo, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2013, de acordo com o estabelecido no parágrafo único do art. 6º da Lei Estadual nº 17.631, de 2013.

§ 1º O Poder Executivo encaminhará à Assembleia Legislativa, até vinte dias após a correção a que se refere o *caput* deste artigo, as informações sobre o índice utilizado e os valores dos totais por Órgãos, Unidades Orçamentárias e Projetos/Atividades/Operações Especiais.

§ 2º As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimento da Receita de Arrecadação Própria do Estado, mais as Transferências Federais.

**Art. 13.** Fica o Poder Executivo autorizado a proceder trimestralmente, a correção dos valores dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta e do Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e no caso de sua indisponibilidade, de outro indicador de atualização monetária dando ciência à Assembleia Legislativa.

§ 1º As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimento da Receita de Arrecadação Própria do Estado, mais as Transferências Federais.

§ 2º Os valores decorrentes da aplicação do *caput* deste artigo poderão ser centralizados, em seu todo ou em parte, na Reserva de Contingência e o retorno para as programações, mediante créditos suplementares, não será computado nas autorizações especificadas no art.14 desta Lei.

§ 3º No prazo de quinze dias após as correções, o Poder Executivo fornecerá ao Poder Legislativo os percentuais utilizados na aplicação deste artigo.



**SEÇÃO V**

**DAS AUTORIZAÇÕES PARA ABERTURA DE CRÉDITOS E AJUSTES DE GRUPO DE FONTES, DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO E OBRAS**

**Art. 14.** Fica o Poder Executivo autorizado no que lhe cabe a:

I - abrir créditos suplementares para atender despesas com Pessoal e Encargos Sociais, com o pagamento da Dívida Pública, com as Transferências Constitucionais aos Municípios, com Sentenças Judiciais e PASEP, utilizando como recurso as formas previstas no § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II - abrir créditos suplementares até o limite de 2% (dois por cento), decorrentes do ingresso e do excesso de arrecadação de recursos provenientes de Convênios, de Fontes Vinculadas e de Receitas Próprias das Unidades da Administração Indireta, para aplicação em programas aprovados por esta Lei, utilizando como recurso as formas previstas no § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 1964;

III - abrir créditos suplementares, nos termos dos incisos I, II, III e IV do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, para cumprimento de Convênios, Acordos Nacionais e com Agentes Financeiros Internacionais, não previstos ou com insuficiência de dotação, tendo como limite o valor anual dos respectivos instrumentos jurídicos celebrados;

IV - abrir créditos suplementares até o limite de 5% (cinco por cento), do valor global da receita fixada para o exercício de 2014, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, de acordo com o disposto no art. 37 da Lei Estadual nº 17.631, de 2013 – Lei de Diretrizes Orçamentárias – 2014;

V - proceder até o limite de 10% (dez por cento) das dotações definidas neste Orçamento, a compensação, conversão ou criação de Grupos de Fontes e de Fontes de Recursos Ordinários, vinculados ou próprios dos Projetos/Atividades/Operações Especiais e das Obras, sem lhes alterar o valor global, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta Lei. Não serão computados neste limite os créditos suplementares abertos com base nos itens I, II, III e IV deste artigo;

VI – alterar as Modalidades de Aplicação, definidas neste Orçamento, por ato da Secretaria de Estado da Fazenda, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta Lei;

VII - alterar o Programa de Obras, orçado nesta Lei em nível de Projetos/Atividades Orçamentárias, até o limite de 10% (dez por cento), por Unidades Orçamentárias, custeado com Recursos do Tesouro e de Outras Fontes, desde que



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Anibal Khury*

tecnicamente justificado. Não serão computados neste limite os créditos adicionais abertos com base nos itens I, II, III e IV deste artigo.

**Parágrafo único.** Não serão computados nos limites estipulados neste artigo, os Créditos Adicionais abertos em decorrência de Acórdãos ou determinações congêneres expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado, ou por força de legislação federal expedida pela União.

**Art. 15.** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos adicionais necessários à implantação do Fundo Estadual de Cultura, se for alterado o art. 230 da Constituição Estadual.

**Art. 16.** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais necessários à execução de programas financiados, após a assinatura do respectivo contrato, tendo como limite o valor do empréstimo e a respectiva contrapartida.

**Art. 17.** Ficam os Poderes Legislativo e Judiciário, a Defensoria Pública e o Ministério Público autorizados a proceder ajustes nos seus Orçamentos, nos termos da Lei, dando ciência ao Tribunal de Contas e ao Poder Executivo.

**Art. 18.** Fica automaticamente ajustado o Anexo de Vinculações, em decorrência das alterações orçamentárias procedidas com base nas autorizações contidas nesta Lei.

**Art. 19.** O Poder Executivo deverá encaminhar à Assembleia Legislativa do Estado, até o décimo quinto dia do encerramento de cada trimestre, demonstrativo de todas as alterações decorrentes do art. 14 desta Lei.

**Art. 20.** Fica o Poder Executivo autorizado a alienar e/ou permutar os títulos públicos emitidos pelo Estado de Santa Catarina e pelos Municípios de Osasco (SP) e Guarulhos (SP), dos quais o Estado do Paraná é portador.

## **SEÇÃO VI DAS CENTRALIZAÇÕES DE RECURSOS**

**Art. 21.** Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à centralização das dotações orçamentárias alocadas em diversos programas, com a finalidade de atender à aplicação mínima de recursos em função de determinações constitucionais, ou fixadas em outras legislações, e ainda atender às situações decorrentes da otimização administrativa, em especial as referidas nos arts. 63, 64 e 65 da Lei Estadual nº 8.485, de 03 de junho de 1987, bem como, proceder às suas eventuais descentralizações.

**Art. 22.** Fica o Poder Executivo autorizado a descentralizar recursos do Fundo Paraná, mediante a abertura de atividades específicas, através de respectivos





# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Anibal Khury*

créditos adicionais, desde que tal descentralização seja previamente autorizada pelo Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, observando o art. 4º da Lei Estadual nº 12.020, de 9 de janeiro de 1998.

**Art. 23.** Fica o Poder Executivo autorizado a descentralizar os recursos dos Programas Especiais, orçados nesta Lei na Administração Geral do Estado – Recursos Sob Supervisão da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL, mediante a abertura de projetos específicos nas Unidades Orçamentárias executoras, por meio de créditos especiais, por ocasião da formalização dos contratos.

## **SEÇÃO VII DA EXECUÇÃO E MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO**

**Art. 24.** O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, nos termos do Título VI, Capítulo I, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, atendendo somente às disposições constitucionais do art. 100 e do art. 97 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, inserido pela Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, em relação às Receitas Tributárias, definidas no Anexo I desta Lei.

**Art. 25.** Conforme determina o art. 19 da Lei Estadual nº 17.631, de 2013, que estabeleceu as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2014, os valores a serem repassados para os Outros Poderes e para o Ministério Público, serão calculados com base na previsão mensal da receita e não com relação ao duodécimo dos valores orçados, compensando no mês seguinte o montante de repasses para mais ou para menos de acordo com a efetiva arrecadação do mês.

## **SEÇÃO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 26.** A Secretaria de Estado da Fazenda, no prazo de vinte dias da publicação da Lei Orçamentária, divulgará e encaminhará à Assembleia Legislativa do Estado, os Quadros de Detalhamento de Despesa especificando por Projetos/Atividades/Operações Especiais, os elementos de despesa e os respectivos desdobramentos dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores na forma do disposto no art. 12 desta Lei.

**Art. 27.** Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar para fins orçamentários e contábeis, as novas denominações de Órgãos e/ou Unidades decorrentes de alterações legalmente aprovadas após a elaboração desta Lei.

**Art. 28.** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais no Orçamento Fiscal e Próprio da Administração Indireta e no Orçamento de Investimento



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, decorrentes de transformações aprovadas por Lei.

**Parágrafo único.** Se as alterações de que trata o *caput* deste artigo forem aprovadas entre 30 de setembro a 31 de dezembro de 2013, fica o Poder Executivo autorizado a efetuar as modificações orçamentárias delas decorrentes antes do início da execução orçamentária de 2014.

**Art. 29.** O saldo financeiro, incluindo sua remuneração, verificado em 31 de dezembro de 2013, proveniente da diferença entre as cotas liberadas de recursos do Tesouro e a despesa empenhada no âmbito do Poder Executivo, deverá ser recolhido ao Tesouro Geral do Estado, impreterivelmente, até 31 de janeiro de 2014.

**Art. 30.** As Unidades Orçamentárias da Administração Indireta, do Poder Executivo, compreendendo as Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Empresas Públicas Dependentes e Fundos, deverão recolher ao Tesouro Geral do Estado, até trinta dias após o encerramento do Balanço Geral do Estado de 2013, 80% (oitenta por cento) dos respectivos Superávits Financeiros apurados em seus Balanços Patrimoniais do exercício de 2013, conforme disposto no art. 35 da Lei nº 17.631, de 2013.

§ 1º Ficam excluídas das exigências do contido no *caput* deste artigo as seguintes Unidades Orçamentárias: Instituições de Ensino Superior vinculadas à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Fundos Estaduais e a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA.

§ 2º Os recursos obtidos em decorrência da aplicação do disposto no *caput* deste artigo, cuja origem seja de recursos vinculados, deverão ser utilizados em ações prioritárias do Governo Estadual, no Órgão da vinculação de origem, com exceção do disposto no § 1º deste artigo.

**Art. 31.** Os recursos do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, repassados ao Departamento de Estradas de Rodagem – DER, para cumprimento da programação apresentada no Anexo III desta Lei, ficam excluídos da exigência contida no art. 6º da Lei Estadual nº 7.811, de 29 de dezembro de 1983, publicada no Diário Oficial do Estado de 30 de dezembro de 1983.

**Art. 32.** Os recursos destinados à execução de ações voltadas à área de saúde estão alocados na Unidade Orçamentária Fundo Estadual de Saúde – FUNSAÚDE, vinculada à Secretaria de Estado da Saúde, de acordo com as determinações contidas na Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000 e demais normas vigentes.

**Art. 33.** Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento do exercício de 2014, na programação da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social, reforço de dotação orçamentária para Prevenção e Recuperação de Toxicômanos e Alcoólatras e Subvenção



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

de Institutos e Entidades de Combate às Drogas, o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

**Art. 34.** Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento do exercício de 2014, na programação da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, reforço de dotação orçamentária para Projeto de Musicalização nas Penitenciárias, o valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

**Art. 35.** Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento do exercício de 2014, na programação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, reforço de dotação orçamentária para o Programa Desenvolvimento Urbano e Regional Integrado, Ação Calçadas do Paraná, projeto atividade 6702.1545102.4271, o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

**Art. 36.** Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento do exercício de 2014, na programação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, reforço de dotação orçamentária para o programa Desenvolvimento Urbano e Regional Integrado, Ação Ponto de Ônibus no Interior, projeto atividade 6702.1545102.4271, o valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

**Art. 37.** Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento do exercício de 2014, na programação da Secretaria de Estado do Esporte, reforço de dotação orçamentária para o Programa Implementação dos Programas de Esporte, Lazer e Atividade Física, Ação Meu Campinho, projeto atividade 4330.27812164.109, o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em balanço, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

**Art. 38.** Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento do exercício de 2014, na programação da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB, reforço de dotação orçamentária para Apoio a Políticas Agrícolas, projeto atividade 4257, natureza de despesa 33404100, o valor de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Anibal Khury*

**Art. 39.** Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento do exercício de 2014, na programação da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB, reforço de dotação orçamentária para Alavancar Financiamentos de Crédito Rural na categoria investimento, projeto atividade 3050, natureza de despesa 44904700, o valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

**Art. 40.** Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento de 2014 a cargo da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, Programa Gestão de Projetos, Restauração e Construção de Obras do Sistema Multimodal de Transporte - DER, projeto atividade 4305, o valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para construção do contorno viário no Município de Marechal Cândido Rondon, utilizando como Fonte de Recursos o cancelamento no mesmo valor na dotação 339999.900, Fonte 143, e abrir crédito suplementar, na necessidade de atender a presente obra, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

**Art. 41.** Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento do exercício de 2014, na programação da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB, reforço de dotação orçamentária para indenizar agricultores que tiveram seus animais sacrificados por diagnóstico de tuberculose, confirmado pela ADAPAR, projeto atividade 4266, natureza de despesa 33909300, o valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

**Art. 42.** Fica o Poder Executivo autorizado a alterar a forma de apresentação dos Fundos Previdenciários, antes do início da execução orçamentária de 2014, podendo abrir novas unidades e respectivas operações especiais, para atender orientação do Tribunal de Contas do Estado.

**Art. 43.** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais necessários para atender ao Projeto Paraná sem Lixões, utilizando como recursos quaisquer das formas estabelecidas no art. 43, § 1º da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

**Art. 44.** Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no orçamento do Ministério Público do Estado do Paraná, antes do início da execução orçamentária de 2014, o valor de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) na Fonte 148 - outros convênios/outras transferências, procedendo às devidas alterações no quadro de receita centralizada.

**Art. 45.** Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento do exercício de 2014, na programação da





# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Anibal Khury*

Secretaria de Estado da Segurança Pública, reforço de dotação orçamentária ao Programa Paraná Seguro, para construção de Unidades Paraná Seguro - UPS na Região Oeste e Sul de Cascavel, o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

**Art. 46.** Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento de 2014, reforço de dotação para a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária, o valor de R\$ 31.196.984,00 (trinta e um milhões, cento e noventa e seis mil e novecentos e oitenta e quatro reais) proveniente do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em balanço, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

**Art. 47.** Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento do exercício de 2014, na programação da Secretaria de Estado da Segurança Pública - reforço de dotação para despesa de pessoal da Polícia Militar, o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em balanço, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

**Art. 48.** Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento de 2014 a cargo da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, programa Gestão de Projetos, Restauração e Construção de Obras do Sistema Multimodal de Transporte - DER, projeto atividade 4305, o valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para construção do contorno viário no Município de Palotina, utilizando como Fonte de Recursos para cancelamento o mesmo valor na dotação 339999.900, Fonte 143, e abrir crédito suplementar, na necessidade de atender a presente obra, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

**Art. 49.** Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento do exercício de 2014, na programação da Secretaria de Estado da Segurança Pública - reforço de dotação para despesa de pessoal da Polícia Civil; o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em balanço, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

**Art. 50.** Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento do exercício de 2014, na programação da Secretaria de Estado da Saúde, reforço de dotação no valor R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) no projeto atividade 4760 - Gestão de Redes, destinado a Campanha Publicitária sobre a prevenção de doenças relativas ao sexo feminino, conforme Lei nº 16.935, de 26 de outubro de 2011, Outubro Rosa, provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em balanço, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.



11



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Anibal Khury*

**Art. 51.** Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento do exercício de 2014, na programação da Secretaria de Estado da Saúde, reforço de dotação no valor R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) no projeto atividade 4760 – Gestão de Redes, destinado a Campanha Publicitária sobre a prevenção de doenças relativas ao sexo masculino, conforme Lei nº 17.099, de 28 de março de 2012, Agosto Azul, provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em balanço, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

**Art. 52.** Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento do exercício de 2014, o valor de R\$ 145.000.000,00 (cento e quarenta e cinco milhões de reais) para a COMEC - Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - para provisão dos recursos necessários ao subsídio do transporte coletivo da Região Metropolitana de Curitiba, provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

**Art. 53.** Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento do exercício de 2014, o valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), como reforço de dotação para a Defensoria Pública, provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

**Art. 54.** Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento do exercício de 2014, na programação da Secretaria de Estado da Segurança Pública, reforço de dotação orçamentária ao programa Paraná Seguro, destinado para aquisição de armamentos, equipamentos e viaturas, e contratação de pessoal para a Região Metropolitana de Maringá, para atender aos Municípios de Maringá, Sarandi e Paçandu, o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

**Art. 55.** Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento do exercício de 2014, na programação da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, projeto atividade 4110, implantação do Parque Tecnológico no Município de Guarapuava, o valor de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

**Art. 56.** Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento do exercício de 2014, na programação da Secretaria do Estado de Desenvolvimento Urbano, reforço de dotação orçamentária para o Programa Desenvolvimento Urbano e Regional Integrado, para Obras de Infraestrutura



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Anibal Khury*

e Mobilidade Urbana no Município de Foz do Iguaçu, o valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em balanço, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

**Art. 57.** Fica o Poder Executivo autorizado a tomar as medidas necessárias para consignar, no Orçamento do exercício de 2014, recursos no valor de R\$ 293.594.000, (duzentos e noventa e três milhões, quinhentos e noventa e quatro mil reais), para atendimento das programações estabelecidas no Anexo XI desta Lei, utilizando como recursos o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2013, efetivada durante o exercício de 2014, bem como do excesso de arrecadação da receita com impostos, conforme disposto no inciso II, § 1º, art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

**Art. 58.** Fica o Poder Executivo autorizado a alterar o Orçamento do Centro de Convenções S.A., antes do início da execução orçamentária de 2014, o valor de R\$ 111.500,00 (cento e onze mil e quinhentos reais), acrescer no projeto atividade 4249, natureza de despesa 339037 – Fonte 250, reduzindo o mesmo valor da Operação Especial 9.050 – Natureza de Despesa 339047 – Fonte 250.

**Art. 59.** Passam a integrar a presente Lei os Anexos VIII, IX, X e XI.

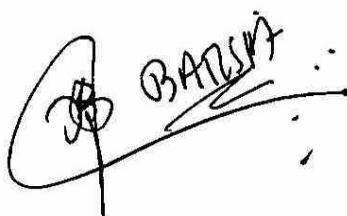
**Parágrafo único.** As alterações decorrentes dos Anexos VIII e IX deverão ser implementadas no prazo de trinta dias, a partir da sua publicação.

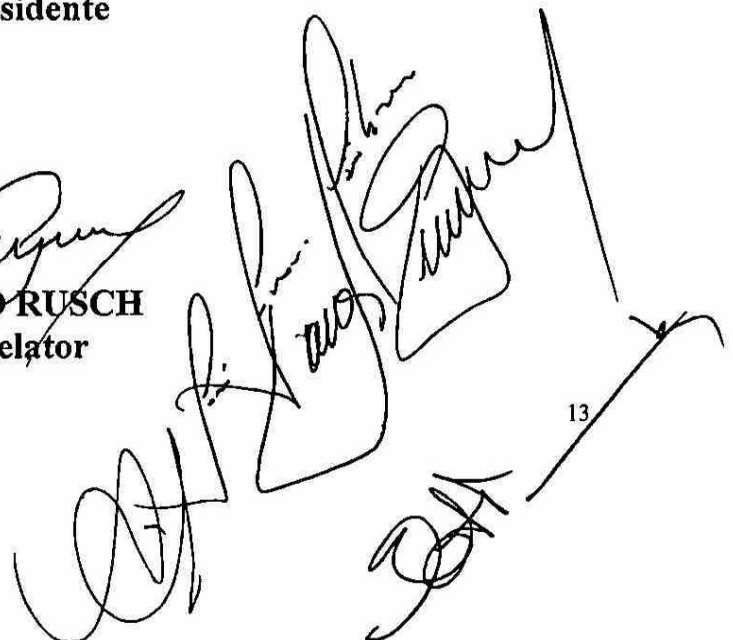
**Art. 60.** Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2014.

Sala das Sessões, 3 de dezembro de 2013.

  
**NEREU MOURA**  
Presidente

  
**ELIO RUSCH**  
Relator

  
Batis

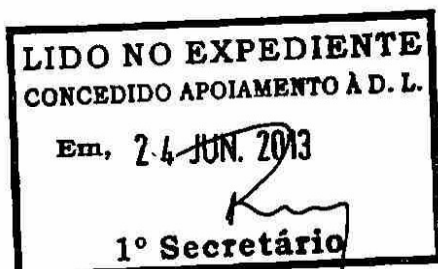


**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ**

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº 261/13



**SÚMULA:** Institui no Estado do Paraná a "Semana de Conscientização e Combate à Automedicação" a ser comemorada anualmente na primeira semana do mês de maio e adota outras providências.

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica instituída no Estado do Paraná a "semana de Conscientização e Combate à Automedicação" a ser comemorada anualmente na primeira semana do mês de maio.

**Art. 2º.** A "Semana de Conscientização e Combate à Automedicação", deverá ser desenvolvida pelo Poder Executivo, ficando a cargo do Departamento Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON-PR. os seguintes eventos: palestras de esclarecimento para a população; Propaganda em rádio e TV; Distribuição de folhetos informativos dentre outros.

**Parágrafo único.** Os eventos descritos neste artigo serão realizados junto à rede pública estadual de ensino e de saúde, não estando os mesmos limitados à "Semana de Conscientização e Combate à Automedicação", podendo ser realizados a qualquer tempo.



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



**Art. 3º.** Para implementar a presente lei, o Poder Executivo poderá firmar convênios e parcerias com entidades afins.

**Art. 4º.** ~~O Poder Executivo deverá~~ na "**Semana de Conscientização e Combate à Automedicação**" divulgar sobre a importância do Profissional Farmacêutico no ato de dispensação de medicamentos, devendo ser informado à população sobre sua competência técnica para prescrever medicamentos isentos de prescrição **médica** ou de outros profissionais, que não farmacêuticos.

**Art. 5º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 24 de junho de 2013.

  
**RASCA RODRIGUES**  
Deputado Estadual - PV





# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



## JUSTIFICATIVA

As medidas de combate à automedicação iniciam-se com o processo de conscientização da população sobre a importância do profissional farmacêutico no ato de dispensação de medicamentos. Isso porque embora este profissional tenha evidentemente competência técnica para prescrever medicamentos, a população em geral desconhece isso ou mesmo é desestimulada a consultar esses profissionais para a indicação de fármacos.

Assim, importante destacar que o Conselho Federal de Farmácia, contrapondo as ações e ameaças de outras autoridades, e para evitar maiores constrangimentos aos profissionais farmacêuticos, editou a **Resolução 467/2007** que regulamenta o exercício profissional do farmacêutico magistral (de farmácias de manipulação) e, obviamente, na busca da proteção deste direito, criou dispositivo normativo, o art. 1º, letra a, IV, V, dando-lhe maior liberdade prescricional, consolidando assim o texto como absoluto reconhecimento de que o farmacêutico é profissional capaz de atender ao paciente e intervir sobre sua saúde:

### Resolução nº 467 de 28 de novembro de 2007

**Art. 1º -** *No exercício da profissão farmacêutica, sem prejuízo de outorga legal já conferida, é de competência privativa do farmacêutico, todo o processo de manipulação magistral e, oficial, de medicamentos e de todos os produtos farmacêuticos.*

**a) -** *Compete ao farmacêutico, quando no exercício da profissão na farmácia com manipulação magistral:*

**IV -** *Manipular, dispensar e comercializar medicamentos isentos de prescrição, bem como cosméticos e outros produtos farmacêuticos magistrais, independente da apresentação da prescrição.*

**V -** *Decidir pela manipulação, dispensação e comercialização de medicamentos de uso contínuo e de outros produtos farmacêuticos magistrais, anteriormente aviados, independente da apresentação de nova prescrição.*

Corroborando a competência do profissional farmacêutico, e expondo leque de obrigações no ato de dispensação, também vale destacar o disposto no art. 4º da Resolução 308/1997, do Conselho Federal de Farmácia:



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



**Art. 4º - Cabe ao farmacêutico, na dispensação de medicamentos:**

- a) entrevistar os pacientes, a fim de obter o seu perfil medicamentoso;*
- b) manter cadastro de fichas farmacoterapêuticos de seus pacientes, possibilitando a monitorização de respostas terapêuticas;*
- c) informar, de forma clara e compreensiva, sobre o modo correto de administração dos medicamentos e alertar para possíveis reações adversas;*
- d) informar sobre as repercussões da alimentação e da utilização simultânea de medicamentos não prescritos;*
- e) orientar na utilização de medicamentos não prescritos.*

Diante de tais fundamentos, solicito o apoio dos nobres pares com assento nesta Casa de Leis, na aprovação da presente proposta que conscientizará os paranaenses sobre a automedicação e sobre a competência do profissional farmacêutico.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



## PARECER AO PROJETO DE LEI 261/2013

Projeto de Lei nº. 261/2013

Autor: Deputado Rasca Rodrigues

**Súmula:** Institui no Estado do Paraná a "Semana de Conscientização e Combate à Automedicação" a ser comemorada anualmente na primeira semana do mês de maio e adota outras providências.

**EMENTA:** INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO A "SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO E COMBATE A AUTOMEDICAÇÃO". POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM ANEXO.

### PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Rasca Rodrigues, tem por finalidade instituir no Calendário Oficial de Eventos do Estado a "Semana de Conscientização e Combate à Automedicação", a ser realizada anualmente, sempre na primeira semana do mês de maio.





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



## FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

**Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

**Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apolará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.**



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora proposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:

**Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.**

Contudo, no que tange aos arts. 2º e 4º do projeto de lei, estes atribuem função ao Poder Executivo, o que é vedado pela Constituição Federal, sendo, portanto, necessário suas modificações.

Nesse sentido, o Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei, classificando-se como substitutiva aquela proposição apresentada como sucedânea de outra.

**Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.**

(...)

**§ 2º Emenda substitutiva proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.**



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

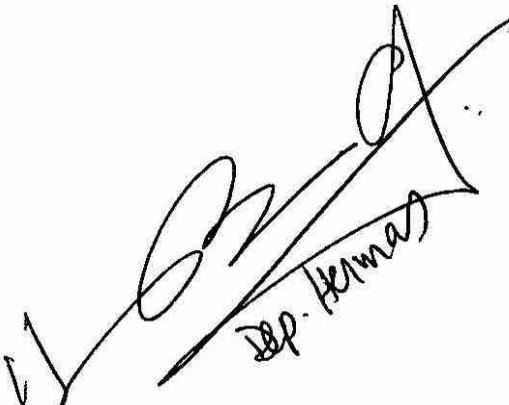

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, com o propósito de aplicar melhor técnica legislativa, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto da forma da **Emenda Substitutiva Geral** em anexo, proposta por esta comissão.

Sala das Comissões, 03 setembro de 2013.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO NEREU MOURA  
RELATOR

  
APROVADO  
03.09.13 



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



## EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI 261/2013

De acordo com o que determinam o artigo 137, § 2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei nº 261/2013, passa a contar com a seguinte redação:

**Súmula: Institui no Estado do Paraná a "Semana de Conscientização e Combate à Automedicação" a ser comemorada anualmente na primeira semana do mês de maio.**

Art. 1º - Fica instituída no Estado do Paraná a "Semana de Conscientização e Combate à Automedicação" a ser comemorada anualmente na primeira semana do mês de maio.

Parágrafo Único - A data instituída no art. 1º passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 2º - Na "Semana de Conscientização e Combate à Automedicação" deverão ser desenvolvidos os seguintes eventos: palestras de esclarecimento para a população; propaganda em rádio e TV, distribuição de folhetos informativos, dentre outros.

Parágrafo Único - Os eventos descritos neste artigo serão realizados junto à rede pública estadual de ensino e de saúde, não estando os mesmos limitados à "Semana de Conscientização e Combate à Automedicação", podendo ser realizados a qualquer tempo.

**APROVADO**

03.09.13 *Praca Nossa Senhora do Saete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Art. 3º - Para implementar a presente lei, o Poder Executivo poderá firmar convênios e parcerias com entidades e afins.

Art. 4º - Na "Semana de Conscientização e Combate à Automedicação" deverá ser divulgada sobre a importância do Profissional Farmacêutico no ato de dispensação de medicamentos, devendo ser informado à população sobre sua competência técnica para prescrever medicamentos isentos de prescrição médica ou de outros profissionais que não farmacêuticos.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 03 setembro de 2013.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO NEREU MOURA  
RELATOR

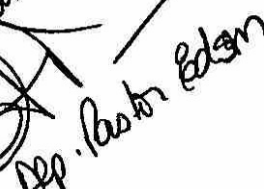
  
Dep. Brille

  
Dep. Tarcísio

  
Dep. Lourenço

  
Dep. Moraes

  
Dep. Trajano

  
Dep. Pastor Edson





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria de Assistência ao Plenário

Emenda de Plenário nº 01

DAP 05 NOV 2013

Visto

Maia



## SUBEMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 261/2013

Nos termos do art. 138 do Regimento Interno, apresenta-se a presente subemenda a fim de alterar a súmula, o *caput* do art. 1º e o art. 4º do Projeto de Lei nº 261/2013, passando a vigorar com a seguinte redação:

Súmula: "Institui no Estado do Paraná a Semana de Conscientização e Combate à Automedicação, a ser realizada anualmente na primeira semana do mês de maio."

"Art. 1º Fica instituída no Estado do Paraná a Semana de Conscientização e Combate à Automedicação, a ser realizada anualmente na primeira semana do mês de maio."

"Art. 4º Na Semana de Conscientização e Combate à Automedicação deverá ser divulgada a importância do farmacêutico no ato de dispensação de medicamentos, informando a população sobre sua competência técnica para orientar quanto ao uso seguro de medicamentos isentos de prescrição médica, bem como a de outros profissionais da área que estejam devidamente habilitados."

Palácio Dezenove de Dezembro, em 5 de novembro de 2013.

Deputado RASCA RODRIGUES

JUSTIFICATIVA

Sugere-se a presente subemenda ao Projeto a fim de adequar sua redação e adaptá-lo à técnica legislativa e à legislação pertinente aos profissionais farmacêuticos.

15:00 05/11/2013 009603 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



**PARECER DA SUBEMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 261/2013**

**Projeto de Lei nº 261/2013**  
**Subemenda apresentada em Plenário**

**Súmula:** Institui a Semana de Conscientização e Combate à Automedicação, a ser comemorada anualmente na primeira semana do mês de Maio.

**EMENTA: SUBEMENDA MODIFICATIVA. POSSIBILIDADE. ART. 138 E 141, I, DO REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. ANÁLISE PELA APROVAÇÃO DA SUBEMENDA APRESENTADA EM PLENÁRIO.**





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Rasca Rodrigues, tem por objetivo instituir a Semana de Conscientização e Combate a Automedicação, a ser comemorada anualmente na primeira semana do mês de Maio.

Ocorre que, em data de 05 de novembro de 2013, durante a segunda discussão da Sessão Plenária, o ora projeto recebeu emenda na forma de *Subemenda*. Por esta razão, é que a referida Subemenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**



**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

**Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:**

**I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados; (grifo nosso)**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



**II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento.**

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O Regimento Interno, em seu art. 138 prevê a possibilidade em apresentar uma emenda a outra emenda, a qual se denomina *Subemenda*, consoante de infere:

**Art. 138 A emenda apresentada a outra emenda denomina-se subemenda.**

Desta forma, verifica-se que a Subemenda apresentada ao ora projeto está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais, não encontrando nenhum empecilho para prosperar.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



CONCLUSÃO


Diante do exposto, por estarem presentes todos os requisitos legais, opina-se pela APROVAÇÃO da Subemenda apresentada durante a Sessão Plenária.

Sala das Comissões em 26/11/2003

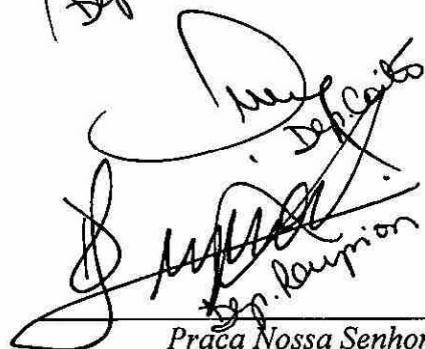
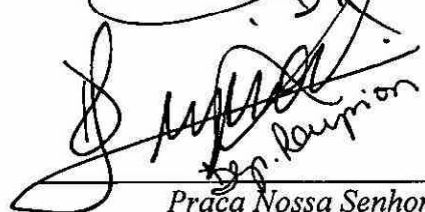
  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
Dep. Sauer

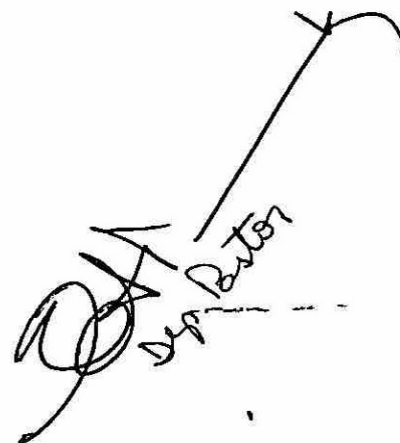
  
Dep. Turini

  
DEPUTADO WILSON QUINTEIRO  
RELATOR

  
Dep. Traiano

  
Dep. Caetano  
  
Dep. Roupinion

APROVADO  
26/11/13

  
Dep. Pastor